

INCLUSÃO: TEORIA E PRÁTICA

Mara Sartoretto
Consultora da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down
Diretora da AFAD de Cachoeira do Sul – RS

A TEORIA

Existe em grego uma palavra que significa a possibilidade de ver e analisar uma figura de todos os seus lados, sob todos os ângulos. A palavra é *épora*. Esse termo está sendo usado para definir a concepção essencial da inclusão escolar, isto é, a possibilidade de ver, de refletir, de analisar a escola sob todos os aspectos.

A primeira evidência que surge desse tipo de análise, desse modo de ver a escola, é o fato de que a escola não esgota sua tarefa na mera transmissão de informações. Sua missão vai muito além. Mais do que nunca, torna-se clara a necessidade de uma educação voltada para os valores humanos, uma educação que permita a transformação da sociedade, uma escola que acredite nas diferentes possibilidades e nos diferentes caminhos que cada um traça para a sua aprendizagem, que possibilite a convivência e o reconhecimento do outro em todas as suas dimensões.

Se consultarmos o dicionário, verificamos que a palavra *incluir* significa compreender, *abranger*, *fazer parte*, *pertencer*, processo que pressupõe, necessariamente e antes de tudo, uma grande dose de respeito. A inclusão só é possível lá onde houver respeito à diferença e, conseqüentemente, a adoção de práticas pedagógicas que permitam às pessoas com deficiências aprender e ter reconhecido e valorizados os conhecimentos que são capazes de produzir, segundo seu ritmo e na medida de suas possibilidades. Qualquer procedimento, pedagógico ou legal que não tenha como pressuposto o respeito à diferença e a valorização de todas as possibilidades da pessoa deficiente, não é inclusão.

A escola inclusiva, que se preocupa em oferecer condições para que todos possam aprender, é aquela que busca construir no coletivo uma pedagogia que atenda todos os alunos e que compreenda a diversidade humana como um fator impulsionador de novas formas de organizar o ensino e compreender como se constroem as aprendizagens.

Sabemos que o processo de transformação da escola comum é lento e exige uma ruptura com os modelos pedagógicos vigentes. E sabemos também que em muitas escolas especiais os alunos lutam para aprender a mesma coisa que as escolas comuns tentam lhes ensinar, por tempo indefinido e indeterminado, sem que esses conhecimentos lhes possibilitem construir habilidades e competências para a vida.

Se acreditarmos que o papel da escola é construir cidadania através do acesso ao conhecimento, isto só será possível se dentro da escola tivermos uma verdadeira representação do grupo social que está fora da escola: pessoas com diferentes credos, de raças diferentes, com saberes diferentes, pessoas sem deficiências (existem?) e pessoas com deficiência. A experiência de conviver com a diversidade, tão necessária para a vida, nunca será exercida num ambiente educacional segregado, onde a diversidade humana não esteja representada.

As escolas especiais têm um papel muito importante a cumprir Pedagogicamente - e constitucionalmente! - elas existem para oferecer atendimento educacional especializado, e não educação especial. E o atendimento educacional especializado tem por escopo garantir aos alunos com deficiências especiais a possibilidade de aprenderem o que é diferente do ensino comum e desenvolver aquelas habilidades de que eles necessitam para poderem ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência.

Mas, para que o processo de inclusão realmente aconteça, precisamos abandonar o comodismo decorrente das nossas práticas homogeneizadoras, meritocráticas, paternalistas e corporativistas, sobretudo, e particularmente, quando trabalhamos com pessoas com deficiência mental.

Como bem diz a Prof. Maria Teresa Mantoan,

resistimos a inclusão escolar porque ela nos faz lembrar que temos uma dívida a saldar em relação aos alunos que excluímos, por motivos muitas vezes banais e inconsistentes, apoiados por uma organização pedagógica escolar que se destina a alunos ideais, padronizados por uma concepção de normalidade e de deficiência arbitrariamente definida.

Alunos com e sem deficiência são excluídos da escola há muito tempo, sem que mudanças efetivas sejam feitas para resolver esse problema, as medidas até agora implantadas não passam de paliativos.

Agora, porém, são os alunos com deficiência que freqüentam as escolas comuns que estão impondo a nós professores uma reflexão mais séria acerca da nossa concepção de escola e das nossas práticas pedagógicas. E já existem, no país todo, tanto em escolas comuns quanto em escolas especiais, inúmeras experiências bem sucedidas de pessoas e entidades, que, com responsabilidade, em alarde e com fundamentação científica sólida, estão abrindo o caminho da educação inclusiva e eliminando as velhas e bolorentas práticas excludentes da pedagogia tradicional.

Há muitas escolas regulares que abriram as suas portas para alunos com deficiências especiais e tentam, seriamente, fazer uma escola de qualidade, com respeito a todos os alunos, deficientes ou não. E há também muitas escolas especiais que optaram por atender seus alunos no turno oposto ao que freqüentam a escola comum, com resultados altamente positivos.

O argumento do despreparo dos professores não pode continuar sendo *álibi* para impedir a inclusão escolar de pessoas com deficiências. Se não estamos preparados, precisamos urgentemente nos preparar. E uma verdadeira preparação começa com a possibilidade e pelo desafio de acolher as diferenças na sala de aula e pela busca de novas respostas educacionais. Nesse processo, a responsabilidade é de todos - pais, diretores, supervisores, orientadores educacionais, professores, alunos - e, principalmente, das autoridades responsáveis pela definição e implementação das políticas educacionais.

Inclusão não é favor para pessoas com deficiência. Ela é um direito.

Formar professores para essa escola significa formar para atuar com o múltiplo, com o heterogêneo, com o inesperado mudando nossa maneira de planejar, de ministrar as aulas, de avaliar, de pensar a gestão da escola e das relações dos professores com seus alunos.

Nesse processo de mudança, o diálogo, a conscientização do professor e da escola, a utopia, que segundo Paulo Freire significa o inédito viável, deverão permear todo o trabalho educativo assegurado pela constituição, mas, ela é também um direito de todos os alunos, inclusive dos sem deficiência, (se é que eles existem) para que as desigualdades possam ser questionadas e a convivência baseada no respeito, na ética, na co-participação reforce o sentimento de pertença e de engajamento e busque alternativas para uma sociedade melhor, ancorada pela educação em toda sua complexidade que somente se efetiva num contexto permeado pela riqueza das diferenças.

Discutir e propor alternativas para a consolidação de uma escola inclusiva é direito e dever de todos os que acreditam que a escola é o local privilegiado, e muitas vezes único, onde, de fato, os sujeitos de sua própria educação, quaisquer que sejam suas limitações, podem fazer a experiência fundamental, e absolutamente necessária, da cidadania, em toda sua plenitude.

A PRÁTICA

A Associação dos Familiares e Amigos do Down de Cachoeira do Sul.

Sua experiência de inclusão através do atendimento Educacional Especializado

A Associação dos Familiares e Amigos do Down de Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul (AFAD), é uma organização não governamental que, desde a sua fundação, assumiu a luta pela inclusão.

Além de atender alunos com Síndrome de Down no turno inverso ao da escola comum que o aluno frequenta, a AFAD atua sistematicamente na formação de professores, o que vem produzindo mudanças importantes nas práticas pedagógicas escolares e conseqüentemente melhores condições de aprendizagem para todas as crianças com ou sem deficiência nas redes regulares.

A parte mais desafiadora de seu trabalho consiste no assessoramento às escolas – públicas e privadas – e a instituições não governamentais que se dedicam ao atendimento de pessoas com deficiências especiais e que acreditam que somente através da convivência com as diferenças a escola cumprirá uma de suas principais finalidades: preparar cidadãos autônomos, solidários e sem preconceitos. Esse assessoramento é realizado através da formação continuada em serviço que inclui os professores e as equipes diretivas das escolas e secretarias.

Atualmente, além das atividades realizadas em Cochoeira do Sul, que envolvem o atendimento a pessoas com deficiências e suas famílias, a AFAD executa cursos de capacitação em Tecnologia Assistiva com ênfase na Comunicação aumentativa e Alternativa, na perspectiva da educação inclusiva, nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Alagoas, Bahia, Amazonas e Goiás e também um Curso de Educação infantil com ênfase na inclusão e na estimulação precoce na Paraíba, Bahia, Pernambuco, Amazonas, Ceará e Pará. Este curso, proposto e administrado pela Associação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, é financiado pelo MEC, sob a orientação da Secretária de Educação Especial.

Os desafios da prática e os problemas do dia-a-dia nos mostram a necessidade de uma fundamentação teórica sólida e permanente. Para tanto, os professores das escolas com as quais trabalhamos se reúnem, periodicamente, para trocar experiências e para se atualizar em relação à mais recente reflexão pedagógica, não para utilizá-la como receita ou panacéia, ou como forma de adesão a modismos que a qualquer momento poderão ser substituídos, mas para dar rumo e consistência ao seu trabalho. Sem essa

fundamentação, o próprio conceito de inclusão, muitas vezes tão mal compreendido, pode descambar para uma caricatura da proposta original e levar a resultados contrários aos desejados.

Esse trabalho e essa experiência nos têm levado a concluir que investir na formação do professor é tarefa bastante complexa porque, além da fundamentação teórica, envolve o desafio da reflexão sobre a prática cotidiana e, em decorrência disso, a necessidade da mudança, fundamental para que a inclusão se efetive. O pano de fundo dessa nova postura, diante e com os alunos, deverá ser, necessariamente, o conhecimento de como o aluno aprende, a ousadia de acreditar nos seus talentos, e, acima de tudo – e apesar de tudo – o gosto de ser professor.

Obviamente, como em qualquer experiência inovadora, a concretização de projetos pedagógicos inclusivos encontra obstáculos. Dentre eles destacamos:

- ? a falta de políticas públicas adequadas;
- ? o grande número de escola sem as mínimas condições de acessibilidade física;
- ? a falta de equipamento e matérias didáticas indispensáveis ao atendimento das necessidades educacionais dos alunos;
- ? o não funcionamento do atendimento educacional especializado decorrente da inexistência de Sala de Recursos Multifuncionais ou a utilização inadequada desses espaços, principalmente na área de Deficiência Mental;
- ? a inexistência de projetos sérios de formação continuada para os professores, baseados nas suas reais necessidades;
- ? a normalidade com que encaramos o fato de um professor, que , ao longo de sua trajetória profissional, foi responsável pela educação de tantos médicos, advogados, arquitetos... chegar ao fim de sua carreira ganhando salário mínimo.

Todos esses fatores, e mais alguns, dificultam e, por vezes, frustram a implantação de práticas inclusivas nas escolas, mas, em nenhum momento, deve servir de pretexto ou desculpa a impedir a consolidação de escolas verdadeiramente inclusivas.

Uma nova escola é perfeitamente possível, porque muitos são os professores que, apoiados pelas famílias e assessorados por seus diretores e supervisores, estão acreditando em outros modos de pensar a educação e de fazê-la acontecer na sala de aula, onde cada um tem a sua identidade respeitada e onde velhas práticas possam ser transformadas em novas oportunidades de aprendizagem, para todos os alunos, mais ou menos deficientes.

Bibliografia:

LARROSA, J.; SKLIAR, C. **Habitantes de Babel: Políticas poéticas da diferença.** Belo Horizonte: Autêntica. 2001

MONTOAN, M. T. E. **Todas as crianças são bem-vindas à escola.** Campinas, SP LEPED/FE/UNICAMP.

VYGOTSKU, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.